



Índice de Privação Social como instrumento pedagógico para o estudo da pobreza urbana em Santa Maria, RS

Resumo: O Índice de Privação Social (IPS) é um instrumento quantitativo, elaborado a partir de dados secundários, com objetivo de identificação das condições sociais de determinado território. Para Santa Maria, cidade localizada no estado do Rio Grande do Sul (RS), elaborou-se um índice de privação, com intuito de revelar as desigualdades socioespaciais presentes na sua área urbana. Além do seu uso como instrumento político e de planejamento, o IPS pode também ser usado como ferramenta pedagógica. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal demonstrar a possibilidade de utilização do IPS de Santa Maria, RS, nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental e Médio, a fim de auxiliar na compreensão, por parte dos alunos, de conteúdos que explicitem as condições socioespaciais da área urbana do município. São exemplos os temas da pobreza urbana, das desigualdades sociais e da segregação, orientados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a serem abordados nas aulas de Geografia. Como resultados apresentados, demonstramos que, embora ainda não tenha sido aplicado em sala de aula, o IPS é uma ferramenta potente na abordagem de temas como a pobreza urbana e as desigualdades socioespaciais, em seus diferentes aspectos, como a segregação. Além disso, o uso da cartografia do IPS permite aos alunos residentes em Santa Maria, o reconhecimento das condições e das variações nos usos do território, contribuindo, assim, para a apreensão da realidade socioespacial da cidade.

Pedro Spode ^{1A}, Rivaldo Faria²

1 - Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFSM

2 - Docente da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

A - contato principal : pedrospode@gmail.com

1 Introdução

O Índice de Privação Social (IPS) é um instrumento quantitativo de identificação das condições sociais de áreas delimitadas, em diferentes escalas, sejam países, regiões, cidades ou bairros. Como ocorre em outros indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVS), os IPSs são elaborados a partir da combinação de variáveis, abrangendo diferentes dimensões da realidade territorial, como a renda, o saneamento ou as condições do domicílio, por exemplo.

O IPS, quando amparado em um instrumental teórico-conceitual e metodológico, torna-se uma importante ferramenta nos estudos das desigualdades socioespaciais, que são a característica maior do período presente. Cabe alertar que o IPS e a privação social são elementos distintos, sendo o primeiro um instrumento técnico e metodológico e, a privação social, o fundamento conceitual que origina e embasa teoricamente o índice (PAMPALON et al., 2012).

Para Townsend (1979), a privação se constitui em um estado de desvantagem observável e demonstrável em relação a comunidade local ou a sociedade à qual o indivíduo, família ou grupo estão inseridos. Isto é, a privação social implica em uma situação de ausência de recursos, sejam sociais ou materiais, que refletem nas condições de vida dos grupos nos territórios. Por essa razão, para Townsend (1979), a privação compreende duas dimensões: material e social. A dimensão material está ligada à falta de acesso aos bens e comodidades básicas (moradia, saneamento) e, a dimensão social, à fragilidade das redes sociais, da família ou à comunidade, à exemplo do racismo.

Dentro dessa perspectiva, Ivaldi (2016, p. 250), expõe que:

[...] a privação material leva à falta de bens, serviços, recursos, confortos normalmente usufruídos ou pelo menos amplamente aceitos como bens primários. A privação social, por outro lado, implica uma não participação nos papéis, relacionamentos, costumes, deveres, direitos e responsabilidades implícitos em ser membro de uma determinada sociedade ou de seu subgrupo (IVALDI, 2016, p. 250).

Em suma, a privação social é mais um conceito que permite pensar a pobreza e, em especial, a pobreza urbana, dentro de um quadro teórico e conceitual. Ademais, o IPS, como ferramenta metodológica, auxilia na identificação da pobreza nos territórios, como também revela as variações do espaço, manifestadas através das expressivas desigualdades e seletividades socioespaciais (SOUZA, 2021).

Além de instrumento metodológico de pesquisa no campo das ciências sociais, entre elas a Geografia, como também de monitoramento e identificação das condições sociais dos territórios, o IPS pode atuar como ferramenta pedagógica, na abordagem de temas essenciais no ensino de Geografia, como a pobreza. É dentro desta perspectiva que esse texto foi elaborado, em forma de reflexão teórica e metodológica, que versa sobre a possibilidade de uso do IPS nas aulas de Geografia do ensino fundamental e médio, como ferramenta pedagógica para o auxílio em temas como o da pobreza e das desigualdades socioespaciais.

Nesse sentido, portanto, o presente texto está organizado em torno de 3 temas principais: (1) a discussão sobre os IPSs, como instrumentos quantitativos de medida das condições sociais de áreas determinadas; (2) os procedimentos metodológicos de construção do IPS da área urbana de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (RS), o qual foi utilizado como modelo empírico para este trabalho; e, (3) a apresentação do IPS da área urbana de Santa Maria, RS, e a utilização desta ferramenta para o estudo da pobreza urbana na cidade, contribuindo, assim, para o ensino de conceitos caros para a Geografia, como a pobreza, as desigualdades socioespaciais, a segregação, a seletividade espacial, entre tantos outros.

2 Os índices de privação como instrumentos territoriais de medida das condições sociais

Os índices de privação social, ou IPSs, conforme denominado neste texto, fornecem uma representação quantitativa, acerca do complexo e multidimensional conceito de privação, isto é, a desvantagem observada das pessoas e grupos, em relação à sociedade como um todo (TOWNSEND, 1979; 1987; ALLIK et al., 2020). Estes índices foram desenvolvidos, inicialmente, no Reino Unido na década de 1970, como medidas de privação social para pequenas áreas e, posteriormente, passaram a ser replicados em países como Nova Zelândia, Austrália, Portugal, Espanha e outros.

No Reino Unido, entre uma série de índices, podem ser destacados os trabalhos de Holtermann (1975), Jarman (1983), Townsend (1987), Carstairs e Morris (1991), além dos índices de privação elaborados, separadamente, no âmbito governamental, para países como País de Gales, Escócia, Inglaterra e Irlanda do Norte a partir do ano de 2000. Segundo Schuurman et al., (2007), a história dos índices de privação baseados em dados censitários remonta ao ano de 1971, quando o Departamento do Meio Ambiente do Reino Unido elaborou um indicador para identificar localidades onde uma alta proporção de domicílios estava exposta a condições sociais e econômicas adversas.

A produção de índices esteve vinculada aos campos científicos da Sociologia, Economia, Geografia, Saúde Pública, entre outras áreas, como o subcampo da Geografia da Saúde, com trabalhos realizados em diversos países. Conforme coloca Allik et al., (2020, p. 5), os índices de privação “[...] são ferramentas valiosas que destacam a padronização espacial do bem-estar material e das desigualdades socioeconômicas em saúde”. Por outro lado, Townsend (1987) alerta a respeito da confiabilidade dos dados utilizados na construção dos indicadores que compõem os índices. Segundo este autor, grande parte dos bancos de dados estatísticos, coletados pelo Estado, embora ampliados ao longo da história, não se apresentam de maneira abrangente, em vista da necessidade de “[...] aprovação política e não científica” (TOWNSEND, 1987, p. 132).

O autor coloca, ainda, que o problema não se refere, especificamente, à escassez de



indicadores, mas, também, às definições inadequadas e, por vezes, generalistas, as quais as medidas relacionadas às condições sociais se amparam. Segue o autor:

O problema não é apenas a escassez de bons dados sobre as principais características da experiência individual e social, mas a fidelidade a definições inadequadas ou enganosas nas quais a medição se baseia. Assim, em estudos de habitação, dá-se muita importância à categorização por posse e pouca importância às variações dentro de cada forma de posse. Assim, a ocupação do proprietário passou a ser aprovada acriticamente e a implicar certas qualidades (geralmente positivas) – quando a realidade é mais complexa. Há evidências de que algumas habitações ocupadas pelos proprietários são extremamente carentes, como, por exemplo, em algumas partes do sul de Gales (TOWNSEND, 1987, p. 132).

Esses elementos demonstram a importância fundamental, como também a complexidade, relacionada à seleção e operacionalização dos indicadores sociais. Mais do que isso, torna-se fundamental entender as diferenças conceituais entre o índice de privação e a privação social, enquanto abordagem teórico-conceitual, para análise da pobreza e das desigualdades socioespaciais, muito embora eles estejam intimamente relacionados. Para Faria (2017), o índice de privação social é uma abstração utilizada para compreender a privação sob diferentes perspectivas, a depender do objetivo da análise empregada. Em um estudo sobre a criminalidade, por exemplo, a privação à segurança pública será uma dimensão fundamental a ser avaliada, através de indicadores como “[...] densidade de equipamentos de segurança, a presença de policiais, a iluminação pública [...]” (FARIA, 2017, p. 17), cujo peso no computo final deverá ser maior.

De fato, tal discussão, acerca dos índices de privação, não pode estar desvinculada do aparato conceitual. Ademais, o processo de seleção e ponderação das variáveis, obrigatoriamente, será realizado em relação a uma determinada realidade territorial, com suas características e particularidades. De acordo com Faria et al., (2019), a privação social é uma manifestação do território, variando conforme as localizações e as escalas e, por essa razão, somente pode ser entendida em relação às suas geografias.

Um aspecto importante do uso do IPS, diferente dos demais indicadores de avaliação multicritério que normalmente recorrem a sofisticadas construções estatísticas, seja nas áreas da sustentabilidade, vulnerabilidade, qualidade de vida, acessibilidade, segregação, entre outros, é a praticidade e a capacidade de extrair resultados adequados com uso de três ou, no máximo, quatro indicadores estrategicamente selecionados (FARIA et al., 2019, p. 236).

No Brasil, recentemente a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em cooperação com pesquisadores da Universidade de Glasgow, na Escócia, lançou o Índice Brasileiro de Privação (IBP), como instrumento para medir as desigualdades sociais do país em pequenas áreas, à nível dos setores censitários. Para a construção do IBP, foram utilizadas três variáveis retiradas do Censo Demográfico do IBGE de 2010: (1) percentagem de domicílios com renda per capita menor ou igual a meio salário-mínimo; (2) percentagem de pessoas não alfabetizadas, com 7 anos ou mais; e (3) média do percentual de pessoas com acesso inadequado a esgoto, água, coleta de lixo e sem banheiro/chuveiro, combinadas em única medida (ALLIK et al., 2020).

Embora outros índices tenham sido elaborados anteriormente para o território brasileiro, como também para Estados e regiões, na escala dos setores censitários o IBP é a primeira medida de pequena área, desenvolvida de maneira uniforme para todo o país (ALLIK et al., 2020). O IBP permite a leitura das condições sociais do território brasileiro à escala dos municípios, sendo possível acessar e selecionar os dados à nível de país, Estados



e municípios, através de uma plataforma online, disponível no link: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/ibp/painel/>.

Dessa maneira, portanto, os IPSs se tornaram instrumentos de análise científica em diversos campos, como Sociologia, Economia, Geografia, Saúde Pública, entre outros, como também para monitoramento e alocação de infraestruturas e recursos em áreas de privação, por parte dos Governos (TOWNSEND, 1987); (SCHUURMAN, 2007). No espectro científico, sobretudo na Geografia, os índices de privação fornecem subsídio à análise dos processos de precarização dos territórios, como a pobreza urbana, as desigualdades e seletividades socioespaciais, a segregação, entre outros fenômenos estudados pela ciência geográfica.

Nesse viés metodológico-conceitual, foi elaborado, no ano de 2020, um índice de privação para a área urbana de Santa Maria, RS, em dissertação de mestrado (SPODE, 2020), no intuito de identificação e análise da pobreza urbana na cidade. Para este trabalho, refletimos acerca das potencialidades do IPS no campo do ensino de Geografia, como instrumento que expressa as condições sociais das diferentes porções da cidade de Santa Maria, possibilitando a discussão de conceitos caros à ciência geográfica, como os já citados da pobreza urbana, desigualdades e seletividades socioespaciais, a segregação e outros. Nesse sentido, na próxima seção são abordados os aspectos metodológicos de construção do IPS da área urbana de Santa Maria.

3 Aspectos metodológicos para elaboração do IPS da área urbana de Santa Maria, RS

O IPS da área urbana de Santa Maria, foi elaborado sob dois objetivos principais, que interagem entre si: o primeiro vinculado à operacionalização metodológica de um índice multicritério, que permitiu a identificação de áreas de pobreza em Santa Maria, recorte territorial selecionado para aplicação do IPS; e a segunda direcionada aos aspectos teóricos da privação social, enquanto um conceito para se pensar a pobreza urbana e as desigualdades socioespaciais presentes nos diferentes territórios (SPODE, 2022).

O primeiro procedimento na elaboração do IPS foi a seleção das variáveis e formulação de um banco de dados, a partir dos dados do Censo de 2010 do IBGE, à nível dos setores censitários. A seleção das variáveis obedeceu a dois diferentes critérios: o primeiro estatístico, ligado ao tamanho da amostra e, o segundo critério, baseado na realidade documentada cientificamente sobre a realidade socioespacial urbana de Santa Maria, RS (SPODE, 2020). Portanto, o primeiro critério referente ao tamanho quantitativo da população urbana de Santa Maria, que impossibilitou a seleção de variáveis de menor dimensão amostral. O segundo critério vinculado à espacialização dos indicadores sociais, para avaliação do comportamento das variáveis, quando geograficamente distribuídas na área urbana de Santa Maria. Cabe destacar a importância fundamental deste processo, pois permitiu identificar condições sociais que a literatura científica acerca do território urbano da cidade vem apresentando há anos, seja na avaliação da segregação (ROCHA, 2011), na exclusão (PRADO, 2010), ou ainda, na análise da vulnerabilidade associada às áreas de risco socioambiental (AVILA, 2015); (TRENTIN, ROBAINA, AVILA, 2019).

Estes critérios levaram a seleção de 5 indicadores sociais, que foram elaborados para a avaliação de três diferentes dimensões da privação social, conforme sugere a literatura acerca do tema (CARSTAIRS; MORRIS, 1991): (1) a dimensão da educação, (2) a dimensão da renda e (3), a dimensão do domicílio-saneamento. Os 5 indicadores sociais foram construídos a partir da relação simples e bruta entre numerador e denominador e multiplicado por 100, posteriormente, padronizados e ponderados através do Método de Análise Hierárquica (AHP na sigla em inglês). O processo de elaboração do IPS, com todas as fases operacionais, pode

ser visualizado em Spode (2020), no capítulo referente aos procedimentos metodológicos. Na Tabela 1 os indicadores sociais que compõem o IPS da área urbana de Santa Maria.

Tabela 1: Indicadores sociais que compõem o IPS da área urbana de Santa Maria, RS

I	
Indicadores	Peso
Taxa de Alfabetização	0,45
Taxa de Pessoas sem rendimento nominal mensal e até ½ salário	0,24
Rendimento médio por domicílio particular permanente	0,16
Taxa dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala	0,09
Taxa dos domicílios particulares permanentes com 5 ou mais moradores	0,05

Fonte: Spode (2020), a partir dos dados do IBGE (2010). Resultados do Universo por Setores Censitários.
Elaboração: Os autores (2022).

Para a modelagem dos dados, primeiramente, com a utilização do programa *Microsoft Office Excel*, com a ferramenta de cálculos do *software*. Feito isto, os dados foram inseridos em SIG, especificamente no *software* QGIS, onde foram gerados os mapas temáticos dos indicadores sociais, separadamente, como também o mapa do IPS, com os cinco indicadores sociais combinados.

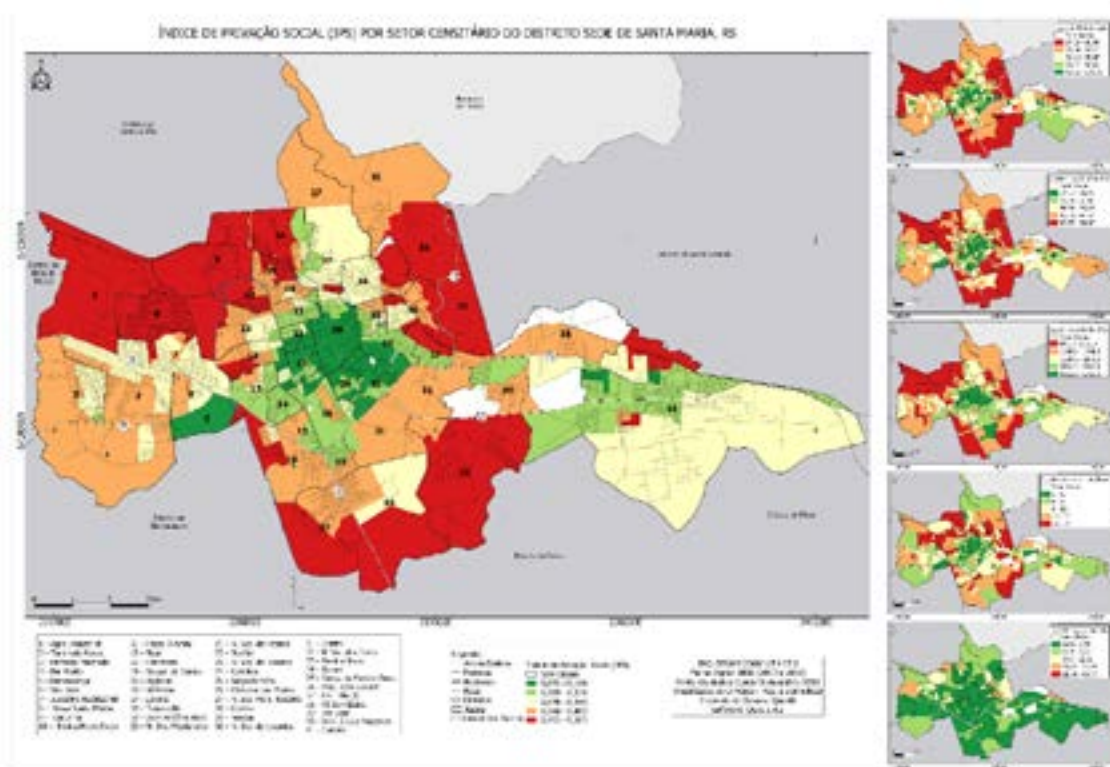
4 Aplicação prática do IPS da área urbana de Santa Maria, RS e a possibilidade de utilização no ensino de Geografia

Esta seção será dividida em duas partes. Uma primeira com a apresentação do IPS elaborado para a área urbana de Santa Maria, em que se torna possível a identificação das manchas de pobreza na cidade, como também as desigualdades e seletividades socioespaciais presentes na porção urbana do município. A segunda parte se refere as alternativas e possibilidades de utilização do IPS em sala de aula, como suporte aos conteúdos de Geografia que tratem, especialmente, acerca da pobreza urbana e das desigualdades socioespaciais, tendo como objeto empírico para análise a área urbana de Santa Maria.

4.1 Geografia da pobreza urbana em Santa Maria, RS. Leitura do IPS.

O IPS ajuda a entender a expressão territorial da pobreza na área urbana de Santa Maria (Figura 1).

Figura 1: Índice de Privação Social (IPS) da área urbana de Santa Maria, RS, em primeiro plano, e, em segundo plano, os mapas com os 5 indicadores separadamente.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Maurício Rizzatti (2020).

Em uma leitura prévia do IPS, torna-se possível identificar que a privação social apresenta um padrão centro-periferia na área urbana de Santa Maria, muito presente e estudado nas grandes e médias cidades brasileiras (MARICATO, 1979; VILLAÇA, 1998; ROCHA, 2011). De fato, as piores condições do território urbano de Santa Maria, estão concentradas nas áreas periféricas, especialmente à norte, à oeste e sul, em bairros como Caturrita, Carolina, Salgado Filho, Nova Santa Marta, Urlândia, Lorenzi, entre outros. No entanto, para além de uma situação centro-periferia, com um olhar mais atento se torna possível identificar que a pobreza se generaliza por toda a área urbana, muito embora, a maioria dos equipamentos e infraestruturas públicas e privadas estejam concentradas na porção central da cidade, onde estão as menores situações de privação.

Os dados do IPS, quando relacionados aos dados demográficos da área urbana de Santa Maria, fornecem elementos que demonstram como a pobreza se generaliza numericamente no território. As áreas de mais elevada privação, representadas nas 4^a e 5^a classes da cartografia do IPS, apresentavam um total de população de 101.689 habitantes. Estes dados revelam que a área urbana de Santa Maria, no ano de 2010, apresentava um percentual de 41,54% da população em áreas de privação social (SPODE, 2020).

Nas áreas de baixa privação, em termos de população absoluta, contabilizam-se o total de 89.094 habitantes, com uma percentagem de 36,40%. Estas áreas estão localizadas, principalmente, nas regiões centrais do território urbano de Santa Maria, além da região leste, em bairros como São José e, sobretudo, Camobi. Nesse sentido, através da leitura do IPS, bem como do método observacional, *grosso modo*, identificamos e agrupamos três níveis de privação social que se apresentam descontinuamente no território urbano de Santa Maria (Mapa da Figura 1): (1) elevada privação (com valores entre 0,348 e 0,883); (2) privação intermediária (com valores entre 0,278 e 0,348); e, (3), baixa privação (com valores entre 0,033 e 0,189). Cabe lembrar que o *score* final do IPS apresenta valores entre 0 e 1 para todos os setores censitários da área urbana de Santa Maria, no qual, quanto mais próxima de 1 estiver, mais elevada será a privação.



A expressão territorial destas três grandes áreas percorre:

[...] a extensão Norte da área urbana, que inicia na zona Norte de Camobi, seguindo descontinuamente pelos bairros da região Nordeste e Norte, acompanhando a estrada de ferro. A segunda área de privação iniciando na região Norte, passando por áreas da região Centro-Oeste e Oeste como o bairro Noal, Nova Santa Marta e Agro-Industrial. Além destas, uma terceira na região Sul se estendendo para Centro-Leste, sobretudo no bairro Diácono João Luiz Pozzobon (SPODE, 2020, p. 121).

Cabe lembrar que áreas estatisticamente semelhantes, em termos de privação social, diferenciam-se, de acordo com os lugares em que ocorrem. Isto é, as condições sociais dos grupos que ocupam os territórios obedecem a distintas racionalidades, ligadas aos diferentes processos históricos que constituem os usos do território. Dessa maneira, portanto, a constituição do território é resultado de um processo histórico e, como tal, a privação social também se revela como um fenômeno de manifestação histórica e territorial (FARIA, 2017; SPODE, 2020; SPODE; FARIA, 2021).

4.2 Utilizando o IPS nas aulas de Geografia. Suporte aos temas da pobreza urbana e das desigualdades socioespaciais

O IPS da área urbana de Santa Maria, além de instrumento metodológico para identificação da pobreza, também pode ser utilizado nas aulas de Geografia na escola, como suporte aos conteúdos relacionados às condições sociais dos grupos, às desigualdades e seletividades socioespaciais, a segregação, entre outros. Para além dos aspectos metodológicos, ligados à construção do IPS, a leitura do índice de privação de Santa Maria, cujos contrastes podem ser claramente identificados no mapa da Figura 1, permite ao aluno uma noção territorial da pobreza na cidade.

Por se tratar do IPS elaborado para a cidade de Santa Maria, torna-se adequado utilizar esta ferramenta em escolas localizadas neste município, uma vez que os alunos poderão associar as informações do índice à própria realidade territorial a qual estão inseridos. Por exemplo, os alunos que residem em Camobi, irão identificar as desigualdades presentes nesta porção da cidade, cujos dados do índice apontam para duas manchas expressivas de privação no bairro: uma na extensão norte, próxima aos trilhos, onde se localiza o chamado Beco do Beijo e, uma segunda, na COHAB Fernando Ferrari (próximo da UFSM).

As desigualdades socioespaciais, que estão incluídas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Geografia, cuja manifestação territorial se revela como um dos maiores problemas do mundo atual, podem ser identificadas claramente na área urbana de Santa Maria, através do IPS. Este contraste pode ser visualizado na porção central da cidade, em verde no mapa do IPS, e, à medida em que se dirige para as periferias, sobretudo norte, oeste e sul, as cores se alteram para laranja e vermelho, indicando maior privação social.

Tal processo é manifestado na paisagem urbana de Santa Maria, sendo passível de observação pelos alunos, sob orientação dos professores, uma vez que as desigualdades no acesso às infraestruturas e recursos, resultado da globalização, podem ser facilmente visualizadas pelas ruas e bairros da cidade. Como argumenta Maria Adélia de Souza (2021), o resultado territorial da globalização são os processos de seletividades e desigualdades socioespaciais. Isto é, seletividades exigidas e que se expressam pelo uso do território “[...] e pelas desigualdades socioespaciais resultantes das dinâmicas desta contemporaneidade revelada pelo período histórico que a caracteriza [...]” (SOUZA, 2021, p. 35).

Desse modo, a paisagem urbana de Santa Maria, em conjunção com a cartografia do IPS, fornece um potente recurso de análise e entendimento da realidade socioespacial da cidade, como também a compreensão dos conteúdos aplicados pela Geografia na escola. O

mosaico de imagens da Figura 2 da conta de revelar os contrastes entre diferentes áreas da cidade de Santa Maria, revelando as desigualdades socioespaciais, como as seletividades, a segregação, entre outros processos que auxiliam o aluno na leitura do IPS e, por consequência, a real apreensão do mundo recente.



Figura 2: Mosaico de imagens de Santa Maria, RS.

Legenda das imagens: A) Menino sentado próximo à carroça de materiais recicláveis. Porção central do bairro Camobi (Fotografia de julho de 2022); B) Vila Nossa Senhora do Trabalho, bairro Salgado Filho, zona norte de Santa Maria, RS (Fotografia de novembro de 2019); C) Verticalização na área central do bairro Camobi, próximo à Universidade Federal de Santa Maria (Fotografia de maio de 2022); D) Precariedade visível na paisagem urbana do Bairro Diácono João Luiz Pozzobon (Fotografia de Julho de 2022). E) Verticalização na região central de Santa Maria, RS. Aspectos que demonstram a difusão da modernização e difusão da técnica e da infraestrutura na porção central da cidade (Fotografia de Julho de 2019). Fonte: o autor. Elaboração: o autor (2022).

A própria Base Nacional (BNCC), com todos os questionamentos que o seu conteúdo levanta, aponta para o estudo das desigualdades socioespaciais e, em especial, o conceito de segregação, como uma das habilidades a serem estimuladas na Geografia do 8º ano. Segundo este documento, no que se refere à unidade temática do mundo do trabalho, uma das habilidades compreende à análise da segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, “[...] com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zonas de riscos” (BRASIL, 2018, 391). E mais,

[...] Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho (BRASIL, 2018, p. 391).

Ademais, o IPS permite aos alunos compreenderem, ao menos em partes, sobre o processo histórico de formação do território de Santa Maria com todas as diferentes sobreposições desiguais de tempos, como diria Milton Santos (2006). Tomando como exemplo o uso do território do município pelo setor ferroviário, uma das principais identidades históricas do município, cuja paisagem urbana e o seu conteúdo social foi sendo transformada, progressivamente, até os dias de hoje, como pode ser observado na Avenida Rio Branco, como também em toda a extensão norte da cidade (áreas em que o aparato ferroviário pode ser visualizado ainda na paisagem urbana, como rugosidade (SANTOS, 2006)).

Um outro exemplo é o do bairro Camobi, que com a instalação da UFSM, como forma e conteúdo, em 1960, alterou profundamente toda a dinâmica socioespacial desta localidade, como da cidade de Santa Maria e região como um todo. Tal sobreposição desigual de classes sociais e recursos no bairro Camobi, pode ser visualizada na cartografia do IPS, cujo desenho territorial atesta áreas de elevada, intermediária e baixa privação. Em termos de renda, como pode ser observado na cartografia do IPS, além de estudos anteriores (RIZZATTI et al., 2017; SPODE et al., 2019), as populações com mais altos rendimentos estão localizadas entre as rodovias (faixa nova e faixa velha), com tal variável diminuindo na direção norte do bairro, sobretudo nas vilas Jardim e Aparício de Moraes. Assim,

[...] se de um lado as áreas mais próximas da Universidade Federal tornam-se espaços da seletividade, com grandes obras de condomínios fechados e edifícios verticais, que fazem uso do território a partir da lógica do capitalismo financeiro contemporâneo, de outro, territórios de pobreza e privação social, como nas áreas à Norte de Camobi (SPODE et al., 2019, p. 17).

Para um aluno residente no bairro Camobi, o mapa do IPS se torna um poderoso instrumento para o reconhecimento da realidade socioespacial a qual está inserido. Ademais, no que se refere a segregação residencial, como processo social e geográfico presente no currículo escolar, em Camobi os alunos encontrarão terreno fértil para a visualização deste fenômeno, uma vez que o bairro, em determinadas áreas, é contrastado por imensos edifícios verticais e condomínios de luxo, implantados nas proximidades de áreas de ocupação irregular, precárias em todos os sentidos. Conforme aborda Castells (1983, p. 210), dentro do capitalismo moderno, a distribuição territorial das classes sociais tende à “[...] organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas”, como pode ser visualizado no bairro Camobi, em Santa Maria, e em grande parte das cidades brasileiras.

Por essa razão, para essa proposta de utilização do IPS, os trabalhos de campo se tornam essenciais, uma vez que os alunos terão a oportunidade de observar *in loco*, a segregação e as seletividades socioespaciais presentes na cidade. Ademais, os alunos poderão realizar levantamentos de dados em campo, como as condições de moradia, de saneamento básico, de pavimentação de vias, entre outros aspectos, em diferentes bairros da área urbana de Santa Maria, identificando como tais áreas estão apresentadas na cartografia do IPS. Este exercício prático irá possibilitar aos alunos a comparação entre os bairros e regiões da cidade, permitindo, dessa maneira, a identificação das desigualdades na distribuição dos equipamentos e serviços públicos na área urbana de Santa Maria.



5 Considerações finais

A elaboração de diferentes índices para identificação das condições sociais em áreas delimitadas vem se tornando uma importante ferramenta, tanto para as ciências sociais no geral, incluindo a Geografia, quanto para os órgãos públicos, enquanto instrumento de planejamento territorial. Ademais, conforme refletido neste texto, há, ainda, a possibilidade de utilização de índices na escola, como suporte ao ensino de temas como o das desigualdades socioespaciais e da pobreza urbana, conteúdos desenvolvidos nas aulas de Geografia no ensino fundamental e médio.

Nesse sentido, como possibilidade de operacionalização prática, refletiu-se acerca da utilização do IPS elaborado para a área urbana do município de Santa Maria, nas aulas de Geografia em escolas da cidade, promovendo, dessa forma, a apreensão por parte dos alunos das condições de pobreza e privação social dos grupos sociais urbanos. Além disso, torna-se possível inferir que o IPS permite aos alunos a observação da paisagem urbana de Santa Maria, a identificação de suas transformações, bem como o reconhecimento das diferentes realidades socioespaciais da cidade.

Muito embora seja extremamente importante o processo de construção do IPS, com todos os procedimentos metodológicos necessários para a sua elaboração, cabe frisar que o intuito, neste caso, foi a utilização, em sala de aula, da cartografia finalizada do índice, em formato impresso, permitindo, o manuseio pelos alunos. Dessa maneira, portanto, este artigo, configurado muito mais como uma reflexão teórica, uma vez que não houve aplicação concreta em sala de aula de tal metodologia, buscou atentar para as alternativas e possibilidades pedagógicas que surgem através da construção do índice de privação social de Santa Maria.

Referências

ALLIK, M., RAMOS, D., AGRANONIK, M., PINTO JÚNIOR, E. P., ICHIHARA, M. Y., BARRETO, M. L., LEYLAND, A. .H, DUNDAS, R. Developing a Small-Area Deprivation Measure for Brazil. Technical Report. Cidacs/University of Glasgow. Enlighten: Publications. 2020. Disponível em: <https://eprints.gla.ac.uk/215898/>. Acesso em: 10 set. 2022.

AVILA, L. O. de. Vulnerabilidade das áreas sob ameaça de desastres naturais na cidade de Santa Maria/RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

CARTAIRS, V.; MORRIS, R. Deprivation and health in Scotland. Aberdeen: Aberdeen University Press, 1991.

CASTELLS, M. A questão urbana. Paz e terra, 1983.

FARIA R. M. Territórios da Privação Social nas cidades brasileiras: uma reflexão conceitual. In. Cidades Interativas: do contexto informacional as práticas socioespaciais integradas / Arlêude Bortoluzzi, Orlando L. Berenguel (orgs.). – São Paulo: Olho d'Água, 2017.

FARIA, R. M., SAVIAN, P., VARGAS, D. Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. *Boletim De Geografia*, 37(1), 234-250. 2019.

FIOCRUZ. Índice brasileiro de privação. IBP. Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde. 2020. Disponível em: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/ibp/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

HOLTERMANN, S. Areas of Deprivation in Great Britain: An Analysis of 1971 Census Data, *Social Trends*, 6, 43-48. 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Resultados do Universo por setor censitário 2010.

IVALDI, E. Material and social deprivation in Italy: An analysis on a regional basis. *Eastern European Business and Economics Journal*, 2(3), 248-268. 2016.

JARMAN, B. Identification of underprivileged areas. *British medical journal (Clinical research ed.)*, v. 287, n. 6385, p. 130, 1983.

MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

PAMPALON, R., HAMEL, D., GAMACHE, P., PHILIBERT, M. D., RAYMOND, G., & SIMPSON, A. An area-based material and social deprivation index for public health in Québec and Canada. *Canadian Journal of Public Health/Revue Canadienne de Sante'e Publique*, S17-S22. 2012.

PRADO, T. C. S. Formas atuais de exclusão residencial no espaço urbano de Santa Maria – RS: uma análise dos condomínios horizontais fechados e das áreas ocupadas de forma irregular. 2010. 112f. Monografia – Curso de Geografia (Bacharelado). Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

RIZZATTI, M.; CASSOL, R.; BATISTA, N. L.; SPODE, P. L. C. A compreensão do espaço urbano pela distribuição das faixas etárias do Bairro Camobi, Santa Maria, RS. *Anais [do] Simpósio Internacional do SELPER, Puerto Iguazu, Argentina*, 2017.

ROCHA, L. H. M. da, Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria - RS. 2011. Tese (Doutorado), Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica, tempo, razão e emoção /Milton Santos. -4. ed. 2. reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHUURMAN, N., BELL, N., DUNN, J. R., OLIVER, L. Deprivation indices, population health and geography: an evaluation of the spatial effectiveness of indices at multiple scales. *Journal of urban health*, 84(4), 591-603. 2007.

SOUZA, M. A. A. de. A Geografia Renovada e a compreensão do mundo atual: teoria e



método. Boletim Alfenense De Geografia, 1(1), 21-56. 2021. <https://doi.org/10.29327/243949.1.1-2>

SPODE, P. L. C. Pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos usos do território. 175 p. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, RS, 2020.

SPODE, P. L. C. Privação social como conceito de análise da pobreza urbana. aproximações e possibilidades da Geografia brasileira. 131 p. Relatório de Qualificação de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2022.

SPODE, P. L. C., FARIA, R. M. de. Privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Caderno Prudentino de Geografia, 1(43), 31-54. 2021.

SPODE, P. L. C., RIZZATTI, M., ROCHA, L. H. M. da, FARIA, R. M. de, COSTA, I. T. Pobreza e seletividade espacial no bairro universitário Camobi, Santa Maria, RS: uma análise a partir dos usos do território. Geografia Ensino & Pesquisa, 23, e14. 2019. <https://doi.org/10.5902/2236499440108>

TRENTIN, R.; ROBAINA, L. E. de S.; AVILA, L. de O. Proposal methodology for analysis of population vulnerability at hazard areas. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, feb. 2019. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18004>.

TOWNSEND, P. Deprivation. Journal of social policy, v. 16, n. 2, p. 125-146, 1987.

TOWNSEND, P. Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living. Univ of California Press, 1979.

VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.